

História da Educação na biografia da transexual José Honorato Batista Neta

History of Education in the Transexual Biography José Honorato Batista Neta

Lia Machado Fiuza Fialho

e-mail: lia_fialho@yahoo.com.br

Universidade Estadual do Ceará. Brasil

José María Hernández Díaz

e-mail: jmhd@usal.es

Universidad de Salamanca. España

Vitória Cherida Costa Freire

e-mail: vitoriacherida91@gmail.com

Universidade Estadual do Ceará. Brasil

Resumo: O artigo trata da narrativa da história de vida de José Honorato Batista Neta, com ênfase na educação institucionalizada de uma transexual, pobre, negra, moradora de periferia, que consegue escolarização para galgar o ingresso no ensino superior público e gratuito, tensionando constantemente preconceitos inerentes à educação formal no Brasil. O objetivo do estudo foi compreender paradigmas presentes no contexto das instituições educativas que endossam preconceitos instituídos historicamente às transexuais, especialmente, pobres e negras. Desenvolveu-se uma pesquisa do tipo biográfica, amparada teoricamente na História Cultural, com perspectiva microhistórica, que utilizou a metodologia da História Oral. Situado na história do presente, o recorte temporal foi delimitado pelo ano em que José Neta iniciou sua escolarização e o ano em que ingressou no curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará-UECE (2000-2017). Constatou-se que José Neta nasceu com o corpo masculino, mas cedo, percebeu que não se identificava com tal anatomia, bem como com os padrões de comportamento instituído para o sexo masculino. Durante a infância e a adolescência sofreu violência psicológica e física, devido sua orientação sexual – xingamentos, agressão física, estupro, etc.–. O preconceito marcou, de maneira velada, sua vida educacional, contudo, diferente da maioria das transexuais brasileiras, rompe com os paradigmas normativos veiculados pela família, escola e igreja, assume-se como

mulher, empodera-se por meio da participação em movimentos sociais durante a graduação e ganha reconhecimento na militância LGBT.

Palavras-chave: História da Educação; Biografia; História Oral; Transexualidade; Educação escolar; Preconceito.

Abstract: The article deals with the narrative of the life story of José Honorato Batista Neta, with emphasis on the institutionalized education of a transgender, poor, black, resident of the periphery, who can school to gain entry to public and free higher education, constantly tensioning inherent prejudices formal education in Brazil. The aim of the study was to understand paradigms that do not present the context of educational institutions that endorse prejudices historically instituted in transsexuals, especially the poor and black. A biographical research was developed, supported theoretically in Cultural History, with a micro-historical perspective, which used the methodology of Oral History. Situated in the history of the present, the time frame was delimited by the year José Neta began his schooling and the year he joined as a Pedagogue at Universidade Estadual do Ceará-UECE (2000-2017). It was found that José Neta was born with the male body, but soon realized that no such anatomy was identified, as well as with the behavioral patterns instituted for males. During childhood and adolescence suffered psychological and physical violence due to their sexual orientation –name calling, physical assault, rape, etc.–. The prejudice marked, in a veiled way, its educational life, however, unlike most Brazilian transsexuals, breaks with the normative paradigms conveyed by the family and school, assumes itself as a woman, empowers herself through participation in social movements during graduation and gain recognition in LGBT activism.

Keywords: History Education; Biographies; Oral history; Transsexual; School; Established prejudices.

Recibido / Received: 11/12/2019

Aceptado / Accepted: 3/7/2020

1. Introdução

A pesquisa inter-relacionou duas áreas coexistentes, História e Educação, inserindo-se mais especificamente no campo da história da educação ao reconstituir a biografia de José Honorato Batista Neta com ênfase na sua educação formal escolar na interface indissociável com o contexto sócio-histórico do Brasil das duas primeiras décadas do século XXI¹. Período este marcado pela ampliação do acesso à educação básica e superior, especialmente, às camadas mais desfavorecidas economicamente, em decorrência não apenas do aumento do número de vagas, mas, majoritariamente, pela política de cotas implementada durante os governos ditos de esquerda, ao longo da gestão do Partido dos Trabalhadores, que reservou aproximadamente 50% das vagas em instituições de ensino superior públicas para pobres, negros, índios (Eurístenes, Feres Júnior & Campos, 2015).

Durante séculos a História da humanidade se caracterizou por desenvolver biografias para elucidar fatos na perspectiva do poder, centrando ênfase nas narrativas de vida dos «heróis» e seus feitos, ou seja, das personalidades políticas ou eclesiásticas, por meio das hagiografias e das biografias exemplares; permanecendo a voz da grande massa social esquecida e silenciada (Thompson, 1992). No contexto atual, o biógrafo que trabalha no campo da História da Educação

¹ Entende-se por educação formal àquela concebida de maneira intencional, sistemática, com objetivo preestabelecido, geralmente fomentada por instituições específicas para essa finalidade (Libâneo, 2002).

já não se limita a trabalhar exclusivamente com a mera reescrita dos documentos tecidos pelos manipuladores da memória, «importa-se com o que ficou nas entrelinhas, para dar visão pública aos sujeitos esquecidos ou silenciados e então, hermeneuticamente reconstituir o contexto socioeducacional desde a história de vida das pessoas» (Fialho, Santos & Sales, 2019, p. 13).

O estudo biográfico em relato questiona como a educação institucionalizada pode reforçar paradigmas culturais e sociais permeados por preconceitos no tocante à orientação sexual. O objetivo do estudo foi compreender paradigmas presentes no contexto das instituições educativas que endossam preconceitos instituídos historicamente às transexuais, especialmente, pobres e negras.

Amparada teoricamente nos pressupostos da história cultural (Certeau, 1982; Burke, 2010), desenvolveu-se, na perspectiva da história do presente (Amado & Ferreira, 2006), uma narrativa biográfica (Dosse, 2009) que permitiu, a partir da micro história (Loriga, 2011), reduzir a escala de análises para refletir, de maneira mais qualitativa, questões pertinentes a uma determinada coletividade considerando suas minúcias e subjetividades, na interrelação indissociável com o contexto macrossocial; para responder ao objetivo proposto.

O objeto do estudo foi a narrativa da história biográfica de José Neta, com ênfase na educação institucionalizada de uma transexual, pobre, negra, moradora de periferia, que conseguiu ingressar no ensino superior público e gratuito, tensionando constantemente paradigmas e preconceitos. O recorte temporal foi delimitado pelo ano em que José Neta iniciou sua escolarização e o ano em que se ingressou no curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará-UECE, Brasil (2000-2017).

José Honorato Batista Neta ficou conhecida na comunidade acadêmica ueceana como José Neta. Ela nasceu com o corpo masculino, mas, desde muito cedo, percebeu que não se acostumava com tal anatomia. Durante a infância e a adolescência sofreu inúmeros ataques devido principalmente a sua orientação sexual. As principais violências sofridas foram a psicológica e a física, ela foi agredida inúmeras vezes e violentada sexualmente. O preconceito foi um aspecto que a acompanhou ao longo de sua vida de maneira velada, no entanto, na juventude decidiu quebrar os paradigmas normativos veiculados pela família, escola e igreja, rompendo com o aprisionamento do corpo masculino que sempre lhe causou estranhamento, assumindo-se como mulher transexual e empoderando-se por meio da participação em movimentos sociais durante o curso de Graduação.

Importa destacar que a biografia de José Neta, ainda que única e intransferível como toda vida, dialoga com a trajetória de outras transexuais, que também enfrentam discriminação social e tensões para assumir sua identidade de gênero. Com efeito, sequer é possível elaborar comparações mediante pesquisas científicas com outras biografias transexuais já que não se localiza estudos dessa natureza nas principais bases de dados do Brasil: SciELO, Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Nas quais se efetivou busca com os descritores «biografia» e «transexual» e nenhum estudo dessa natureza havia sido registrado até o dia 02 de junho de 2020.

A relevância da biografia de José Neta consiste na possibilidade de fomentar narrativas microhistóricas que lançam luz a grupos socialmente marginalizados ou

relegados aos porões da memória, mas, principalmente, ensejar lume às discussões sobre a maneira como, historicamente, no Brasil, a educação formal trata as questões de gênero e o racismo, obrigando os sujeitos vulneráveis a desenvolverem mecanismos individuais de enfrentamento ao preconceito, na contramão de uma política educativa que deveria ser inclusiva (Souza & Bernardo, 2014; Petry & Meyer, 2011). Com efeito, a conjuntura de exclusão social em decorrência de questões de gênero se asseveram no Brasil no fim da segunda década do século XXI, em tempos de governo autocrático, que efetiva uma política de invisibilização da educação sexual nas escolas, inclusive, proibindo ações educativas consoantes ao reconhecimento e ao respeito a pluralidade no que concerne à orientação sexual (Oliveira, 2017; Torres, 2017).

2. Compreensões teórico-metodológicas

Importa elucidar brevemente algumas alterações na compreensão de História ao longo dos tempos que ensejaram validade científica às pesquisas biográficas no campo da História da Educação e permitem partir da vida de José Neta para efetivar reflexões e discussões que enfatizam importantes problemáticas que permeiam o cotidiano educacional no Brasil. Até o fim do século XVIII, o biógrafo, geralmente membro da Igreja ou da nobreza, possuía a atribuição de decifrar documentos oficiais de maneira objetiva, mantendo um distanciamento dos problemas do presente (Le Goff, 2003) para o desenvolvimento de uma narrativa que se dizia objetiva, verdadeira, inquestionável; e a História se relacionava à escrita de um passado distante, desde a mera descrição dos fatos, resultando na radical separação entre passado e presente e na utilização de procedimentos eruditos (Febvre, 2011). No decorrer do século XIX, com a disseminação dos ideais da Escola de Annales², emergem críticas no tocante à ilusão de que o recuo no tempo asseguraria objetividade e à convicção de que somente os documentos oficiais eram válidos e «verdadeiros» para o desenvolvimento da História, majoritariamente, calcada nos aspectos econômicos e políticos (Dosse, 2009). No século XX, amplia-se a compreensão de fontes históricas, o que possibilita considerar novos objetos, abordagens e problemas, influenciando as produções historiográficas (Le Goff & Nora, 1988) e possibilitando a proficuidade da História do presente (Ferreira, 2018) e de estudos microssociais na interrelação indissociável com o macrossocial (Loriga, 2011), como é o caso dos estudos biográficos no campo educacional (Fialho & Carvalho, 2017). No início do século XXI, há razoável concordância

[...] em não conceber o fato histórico como um objeto dado e acabado, bem como o documento como material bruto e objetivo (CERTEAU, 1982). O primeiro resulta da elaboração por parte do historiador e o segundo é monumento – abrange palavras e gestos. A História como mero enredo é desmistificada, emergindo a História dinâmica e transformadora, na qual se mesclam relato e

² A Escola de Annales, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, em 1929, ao se propor a ultrapassar a visão positivista de História, renovou e ampliou as pesquisas historiográficas ao romper com a compartimentação das Ciências Sociais e alargar o campo da História para o estudo de atividades humanas privilegiando os métodos pluridisciplinares.

explicação (CHARTIER, 2010). Nessa seara, a biografia se insere na superfície da História fatural, que se inscreve no tempo curto, do presente, e da Micro-História, que entende o passado indissociável do presente como objeto da História (BURKE, 2010). (Fialho, Santos & Sales, 2019, p. 12).

É com a compreensão de História dinâmica e transformadora ancorada na História Cultural (Burke, 2008), na contramão da mera descrição de fatos, que se possibilita reflexão e explicação da realidade desde o entendimento de que não há uma narrativa incontestada ou uma história única e verdadeira, que se elabora a biografia de José Neta. Partindo dessa premissa, foi possível constituir uma pesquisa mais crítica e plural, por permitir múltiplas interpretações e reflexões que problematizam paradigmas difundidos acerca do lugar da pessoa pobre, negra e transexual na sociedade brasileira do século XXI.

Esse estudo micro histórico, ao partir de uma vida singular para tensionar elucubrações que permeiam o contexto coletivo, possibilitou explicitar «[...] ‘episódios nucleares’, ‘memórias definidoras do self’ e ‘memórias vividas’, que são expostos como referências de identidade pessoal e profissional, reconhecimento de uma experiência/vivência ou ainda percepção de uma trajetória coletiva e singular» (Silva, 2012, p. 53). Para o seu desenvolvimento utilizou-se a metodologia da História Oral (Alberti, 2003), ao trabalhar com a memória da biografada José Neta considerando suas lembranças, esquecimentos, silêncios, gestos e emoções. Fonseca (1997, p. 39) acrescenta:

[...] as narrativas orais não são apenas fontes de informações para o esclarecimento de problemas do passado, ou um recurso para preencher lacunas da documentação escrita. Aqui, ganham relevância as vivências e as representações individuais. As experiências dos homens, constitutivas de suas trajetórias, são rememoradas, reconstruídas e registradas a partir do encontro de dois sujeitos: narrador e pesquisador. A história oral [...] constitui uma possibilidade de transmissão da experiência via narrativas.

A memória no trabalho com a história oral vai se configurar como elemento essencial, visto sua propriedade de conservar as informações produzidas pelos sujeitos históricos (Burke, 2011). Com efeito, os pesquisadores preocuparam-se em ativar e democratizar a memória individual e coletiva de José Neta com «objetividade científica» (Le Goff, 2003), para que, reescrevendo os fatos, seja possível fomentar um aumento da parcela da potência do homem, e não a submissão a outra vontade de poder (Nietzsche, 1979). E nessa perspectiva a memória da biografada José Neta foi elemento essencial, pois teve como propriedade conservar as informações (re)constituídas no ato narrativo do tempo presente possibilitando uma versão narrativa dos fatos que permitiu a interpretação dos pesquisadores, capaz de refletir criticamente a realidade.

José Neta foi selecionada para participar da pesquisa por ser a única mulher, transexual, que conseguiu ingressar como aluna do curso de Pedagogia da UECE e que galgou determinada visibilidade na Universidade por seu engajamento nos movimentos estudantis em defesa de uma educação mais inclusiva, enfrentando

silenciamentos e preconceitos que sujeitam indivíduos à margem da sociedade. Dessa maneira, sua biografia, tão singular, era propulsora para ampliar compreensões acerca de paradigmas presentes no contexto das instituições educativas que endossam preconceitos instituídos historicamente e relegam à invisibilidade as transexuais, pois possibilitava entender o geral pelo particular, na perspectiva microhistórica, já que «[...] se todo indivíduo é a reapropriação singular do universal, social e histórico que o rodeia, podemos conhecer o social a partir da especificidade irreduzível de uma práxis individual» (Nóvoa & Finger, 2014, p. 21).

O convite para José Neta participar da pesquisa se deu pessoalmente mediante explanação do objetivo da pesquisa, da maneira como se daria sua participação, da inferência dos possíveis riscos e da ausência de benefícios diretos. Como José Neta é militante do movimento LGBT, ela logo aceitou participar da pesquisa e colaborar por meio da sua narrativa de vida, pois acreditou que a pesquisa seria mais um instrumento de romper com silenciamentos que fomentam preconceitos. Importa ressaltar que a biografia se insere no projeto intitulado *Educação e educadores(as) no Ceará do século XX: práticas, leituras e representações*, aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará (CEP-UECE) e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo parecer favorável foi expedido sob o número 630.923/2014.

Após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, coletou-se a oralidade de José Neta, no primeiro semestre do ano 2018, por meio entrevista livre, coletada através de gravação digital, transcrita na íntegra, textualizadas e validada pela biografada. A fonte oral, transformada em documento escrito, possibilitou questionar os «[...] padrões de expectativas culturais permitindo ao indivíduo verificar a maior ou menor adequação da sua própria trajetória individual às convenções sociais de quais são os eventos que tipicamente fazem parte de uma história de vida» (Gauer & Gomes, 2008, p. 508).

Interessa salientar, todavia, quais são as convenções sociais que abnegam as transexuais pobres e negras a segundo plano de importância no contexto educacional do início do século XXI. Para esclarecer tal postulado, importa inferir que em 1988, após o fim da ditadura militar no Brasil, os sistemas de ensino e a educação, de modo geral, sofreram uma reestruturação ampliando progressivamente o acesso à educação às camadas populares menos favorecidas economicamente:

Grande parcela da população, antes negligenciada, passaria a ter direito à uma educação pública acessível por meio da ampliação da universalização da educação básica e dos investimentos nessa área (Romanelli, 1985). O discurso da democratização da educação nesse período seria paulatinamente elevado nas escolas, anunciando uma política de mudança e participação coletiva (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2004). Cury (2002) postula que a gestão escolar amparada nesses princípios se espelhou no próprio Estado Democrático de Direito atualmente concebido no país, para o qual os cidadãos participam do processo e do produto das políticas de governo. A educação nesse contexto foi apenas uma das instâncias beneficiadas com o movimento de democracia no país, pois as estruturas social, política, econômica e cultural também foram impulsionadas às transformações (Fialho & Nascimento, 2017, p. 931).

Impulsionado pelo ideal democrático e com a concepção de que a educação era elemento essencial para a modernização e crescimento econômico do país, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996) é promulgada determinando em seus princípios e fins, no Título II, artigo 3º: «I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias [sic] e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância [...]» (Brasil, 1996, p. 9).

Ainda que houvesse documento normativo para amparar a universalização do ensino básico e uma práxis educativa inclusiva, plural e livre de preconceitos (Vasconcelos, Fialho & Lopes, 2018); na prática evidenciava-se, de maneira geral, a dualidade do ensino, na qual a população pobre, em sua maioria negra, utilizava o sistema público de ensino com educação de baixa qualidade enquanto os mais abastados se inseriam nos sistemas privados de ensino que ofertavam melhor qualidade. Em decorrência disso, a educação superior pública, não universalizada, era ocupada majoritariamente pelos alunos provenientes das escolas particulares, relegando a população pobre à exclusão do ensino superior (Shiroma, Moraes & Evangelista, 2004).

Com o objetivo de corrigir as diferenças sociais e econômicas que resultaram em menores índices de acesso ao ensino superior aos negros, índios e pessoas de baixo poder econômico (Lara, 2016), instituiu-se no Brasil, a política de cotas, também conhecida como sistema de cotas. Essa medida, conhecida por ser uma das ações afirmativas mais abrangentes e polêmicas no país, permitiu diminuir a desigualdade de acesso ao ensino superior em decorrência das condições socioeconômica existente entre negros e brancos, ganhando maior visibilidade no início do século XXI, quando passou a ser adotada por universidades e órgãos públicos em seus processos seletivos, vestibulares e concursos (Eurístenes, Feres Júnior & Campos, 2015).

Foi justamente mediante a implantação da política de cotas que José Neta – mulher pobre e negra –, aluna proveniente de escola pública, consegue ingressar no ensino superior no Curso de Pedagogia. No entanto, ainda que tenha conquistado a possibilidade de fazer um curso de nível superior, seu percurso educativo escolar, delimitação dessa pesquisa, é permeado por preconceitos e enfrentamentos que revelam que a educação no Brasil ainda precisa evoluir muito para se tornar igualitária em condições de acesso e permanência e de qualidade em conformidade com o que determina a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual o Brasil é signatário.

Asseverando as determinações da Carta Magna, são instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) (Brasil, 2013), que, inclusive, na seção referente aos Direitos Humanos, ratificam:

O respeito à dignidade humana, devendo existir em qualquer tempo e lugar, diz respeito à necessária condição de igualdade na orientação das relações entre os seres humanos. O princípio da igualdade de direitos está ligado, portanto, à ampliação de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais a todos os cidadãos e cidadãs, com vistas a sua universalidade,

sem distinção de cor, credo, nacionalidade, orientação sexual, biopsicossocial e local de moradia. [...] Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades: esse princípio se refere ao enfrentamento dos preconceitos e das discriminações, garantindo que diferenças não sejam transformadas em desigualdades. O princípio jurídico-liberal de igualdade de direitos do indivíduo deve ser complementado, então, com os princípios dos direitos humanos da garantia da alteridade entre as pessoas, grupos e coletivos. Dessa forma, igualdade e diferença são valores indissociáveis que podem impulsionar a equidade social (Brasil, 2013, p. 13).

Não diferente da Constituição Brasileira, gera-se uma expectativa de direito, que na prática não se efetiva, pois a falta de respeito aos indivíduos que fogem aos padrões socialmente construídos de «normalidade» são corriqueiros, tanto na vida em sociedade, como nos sistemas de ensino (Vianna & Unbehaum, 2004), afinal, atender às particularidades desses grupos não gera retorno financeiro para as instituições privadas e tampouco foi possível para o precário sistema público de ensino.

No grupo dos excluídos, além dos deficientes, por exemplo, se inserem, os sujeitos que não se adequam à perspectiva de gênero binário e aos padrões de comportamentos determinados socialmente ao homem e a mulher. Para Scott (1995, p. 75): «o gênero é um elemento essencial na construção das relações sociais que se baseiam nas diferenças entre os sexos, resultando no modo de dar significado às relações de poder entre eles». As definições que limitam a ação dos gêneros, consoante a sua representação histórica, construída sob a imagem biológica/social do homem e da mulher, acabam por se transformar inúmeras vezes em um pretexto para a ausência de propostas que visem transformar a realidade da escola, dado que parte considerável da sociedade ainda se recusa a aceitar integralmente a existência de novas concepções e possibilidades para referir-se ao conceito de gênero (Aquino, 1998).

E é nesse cenário de preconceito e exclusão, ainda tão latente no século XXI na sociedade brasileira, que se desvela a trama da trajetória educativa de José Neta. Uma biografia que não permite generalizações, já que não representa o caminho educacional da maioria das mulheres pobres, negras e transexuais, pois estas muitas vezes evadem da escola sem sequer concluírem o ensino médio. No entanto, é elucidativa de diversas inquietações relevantes que permitem, além de refletir a história da educação, debater sobre paradigmas e preconceitos que silenciam, reprimem e excluem inúmeras pessoas que não se adequam a determinados padrões normativos que envolvem relações com questões de gênero, etnia e condições socioeconômicas.

3. A vida educativa de José Neta

José Neta desenvolveu a narração de sua história de vida de maneira cronológica, contando suas vivências desde a gestação até os dias atuais. Mesmo compreendendo que a História não é linear (Le Goff, 2003), considerou-se a ordem narrativa de Neta para apresentar e discutir os resultados, já que tal cronologia

permitiu melhor compreensão dos fatos relatados. Seguindo tal ajustamento temporal, a entrevista se inicia com o marcante depoimento acerca da sua genealogia familiar:

Eu gosto muito de tocar nesse assunto da raiz, porque é algo que mexe muito com o que sou hoje. Minha mãe engravidou de mim aos dezenove anos, eu acho. E ela pensou em me abortar duas vezes, porque meu pai disse para ela, assim que soube que ela estava grávida de mim, que não queria mais ela, e que só voltaria se ela me abortasse. Ela ainda tentou me abortar duas vezes usando remédios naturais e também químicos, e eu não sei, né?! (Neta, 2018).

A gravidez de José Neta não foi planejada e as péssimas condições financeiras enfrentadas pela «mãe solo»³, rejeitada pelo companheiro, foi a motivação para a decisão de abortar. O contexto de nascimento e criação de José Neta refere-se a um retrato de modelo familiar comum, reconhecido ao final do século XX na sociedade brasileira, que tem centralidade na «mãe solo», aquela que cria seus filhos sozinha sem a ajuda paterna, muitas vezes estigmatizada e responsável por carregar as marcas de preconceito, desumanização, pobreza e desamparo (Souza, 2002).

As tentativas de aborto fracassaram. Tal fato é comum em países como Brasil, onde o aborto é ilegal e as mulheres arriscam a sua vida quando decidem por tal empreendimento, visto que não possuem qualquer orientação médica ou apoio adequado do sistema de saúde, em especial, quando se trata de mulheres pobres, na maioria negra, que não podem custear o acesso ao sistema de saúde privado. Inclusive, «[...] abortar em condições desfavoráveis à saúde é uma violação dos direitos humanos, principalmente para as mulheres com baixo grau de escolaridade, pobres e negras». (Anjos, Santos, Souza & Eugênio, 2013, p. 505).

Após as tentativas de aborto sem êxito, a mãe de José Neta decidiu tê-la e criá-la mesmo ante a ausência de possibilidades e oportunidades para mudar de vida: «[...] quando eu nasci minha mãe não teve condições de me criar no interior do Cedro e foi morar em Fortaleza, deixando-me com minha avó. Minha avó cuidou de mim até os 16 anos e faleceu. Mas [...] ela [a mãe] cuidou muito bem [quando era bebê]» (Neta, 2018).

Durante a infância, José Neta viveu na cidade de Cedro, no interior do Estado do Ceará, sob os cuidados da avó, já que sua mãe teve que partir para a capital do estado, Fortaleza, em busca de emprego para poder mandar o dinheiro necessário ao seu sustento. O convívio familiar de José Neta constitui-se em meio a preconceitos e agressões. Foi em seu lar que vivenciou as primeiras violações de direito, quando ainda era criança:

Eu fui abusado aos cinco anos de idade por um parente da família, isso que conturbou toda a minha vida, porque eu não sabia o que fazer, até porque minha família bebia. Meu tio bebia, minha avó bebia, meu avô bebia. Era uma família de alcoólatras, que bebiam todo dia e quase todo dia tinha uma confusão. Eu apanhava da minha avó e do meu tio. E meu tio sempre me chamava de

³ O nome da mãe foi omitido para minimizar a sua exposição.

«viado»⁴ e aí eu morria de medo dessa palavra «viado», porque eu não sabia o que era. Então, quando ele me chamava eu corria pra minha avó e dizia «mãe, ele tá me chamando de «viado».

Jose Neta ressalta que desde muito cedo foi obrigada a trabalhar nos afazeres da casa, então recorda: «Minha mãe [avó] dizia que fazer as coisas dentro de casa, lavar as louças, varrer casa, não caía a pintinha e eu continuaria sendo homem enquanto eu tivesse minha pintinha (Neta, 2018)⁵. As crianças pobres no Brasil não podem se dar ao luxo de apenas brincar e estudar, diferentemente dos filhos de famílias abastadas, é comum as primeiras ajudarem seus familiares no trabalho doméstico e em atividades laborais proibidas para crianças. Inclusive, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em 2016, havia 2,4 milhões de crianças e adolescentes de cinco a dezessete anos em situação de trabalho infantil, o que representa 6% da população, sendo maioria negras e residentes na região Nordeste (39,5%).

Além de sofrer negligência e violência por parte de alguns integrantes da família, José Neta sofria também forte controle sobre sua sexualidade na escola:

Eu sempre estudei em escola pública e todas as minhas professoras, tanto da creche quanto da escola, elas sempre voltaram uma atenção maior pra mim, por eu ser uma pessoa que elas achavam diferente das outras. Eu me destacava por dar muito trabalho. Mas ao mesmo tempo em que eu dava muito trabalho, eu era muito inteligente. Comecei a estudar na creche aos 2 anos, no terceiro ano, quando eu completei três anos eu comecei a aflorar minha sexualidade, a saber que eu não era parecido com as outras pessoas e aí eu comecei a apanhar dentro de casa, porque eu comecei a dançar como menina, brincar de boneca com as meninas e a passar batom escondido (Neta, 2018).

Tanto a família como a escola exerciam a função de disciplinar e controlar o corpo e a sexualidade de José Neta. De acordo com Foucault (1997), as normas sociais operam como dispositivos de poder em nossa sociedade e os processos regulatórios atuam na sexualidade humana a fim de alcançarem o adestramento e a disciplinarização dos corpos, através de condições físicas e biológicas (biopoder). O autor ainda defende que concepções de sexo e de gênero foram arquitetadas com o intuito de se estabelecer uma hierarquia de poder, onde um indivíduo se sobrepõe ao outro e/ou um grupo se sobrepõe ao outro. As performances regulatórias para masculino e feminino dão continuidade a esses processos regulatórios que inferem na exclusão de «oportunidades de configurações de diferentes expressões de identidades de gênero que não sejam aquelas ancoradas nos princípios da heterossexualidade e contribui com a preservação e repetição das inflexíveis normas culturais» (Souza & Bernardo, 2014, p. 161). Desta forma, o que foge à regra do padrão heterossexual é marginalizado e repudiado.

⁴ Viado é um termo pejorativo utilizado para se referir ao homem gay.

⁵ Pintinha é uma palavra do vocabulário coloquial no Brasil que significa pênis pequeno.

Pode-se considerar que é uma violência reprimir as experiências sexuais que não se alinham ao padrão preestabelecido, assim como negar a identidade de gênero, justificando-se em teorias biológicas e deterministas que já não são suficientes para compreender questões atuais de nossa sociedade (Petry & Meyer, 2011). Essa violência foi velada e endossada pelas instituições educativas que José Neta frequentou, pois elas não desenvolviam nenhuma política educacional inclusiva consoante às determinações da Constituição Federal e das DCNs, como mencionado anteriormente.

Ainda que o foco do estudo seja a educação formal, interessa destacar que outra instituição que exerceu forte controle sobre a sexualidade de José Neta foi a igreja. Durante muitos anos ela foi uma cristã protestante, ainda que sua família não declarasse nenhum credo. Enquanto cristã, Neta tinha a seguinte compreensão sobre a sua sexualidade:

Eu me via como homem gay, cis⁶, mas era reprimido em todas as ideias de homossexualidade por causa da Igreja, que acredita que a homossexualidade é doença e até hoje chamam de homossexualismo. Eu não queria ser um doente, então, para mim, era difícil mostrar minha sexualidade. E eu achava muito estranho porque na Igreja, no período do meu interior, eu ficava com os meninos da Igreja [...], me relacionava sexualmente, e chegou um momento que eu queria tanto essa libertação que fui para um retiro espiritual em Juazeiro do Norte, para me purificar. Chegando lá, os meninos me amarraram, numa noite, e se masturbaram, todos em cima de mim. Foi bem pesado, isso. Então, como é que eu conseguiria me ver dentro da Igreja, se a Igreja tinha um vínculo sexual muito grande? (Neta, 2018).

O sexo é biológico, já o gênero é social, construído dentro de um processo histórico e cultural, logo, o que importa, na definição do gênero é a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente (Jesus, 2012). O padrão heteronormativo social que é fomentado pela igreja atua diretamente na repreensão dos desejos corporais e no controle da sexualidade, de tal maneira que José Neta preferia negar seus desejos e tentar se adequar aos padrões normativos instituídos. No entanto, como o que foge a regra do padrão heterossexual é marginalizado e repudiado pela sociedade, inclusive dentre os religiosos, ela sofria inúmeras violências por não conseguir se comportar no padrão instituído para o sexo masculino. Pode-se considerar que é uma violência reprimir as experiências sexuais que não se alinham ao padrão preestabelecido, assim como negar a identidade de gênero, justificando-se em teorias biológicas e deterministas que já não são suficientes para compreender questões atuais de nossa sociedade (Petry & Meyer, 2011).

A igreja, ao tentar manter os padrões do conservadorismo, acaba produzindo e reproduzindo ações trans fóbicas, apoiadas em preconceitos, estereótipos e exclusões para com as pessoas que apresentam trajetórias diferentes do que tal

⁶ CIS, é a sigla utilizada coloquialmente para o construto 'ciscgênero', este indica que o indivíduo possui orientação sexual com correspondência entre o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento, seu corpo e sua identidade pessoal.

instituição aponta ser o padrão. Foucault (1997) já apontava o controle do corpo e da sexualidade por parte do Estado e da Igreja como forma de manutenção do poder, através do saber. Ou seja, essas instituições difundiam o «conhecimento», o que consideravam «correto», sobre práticas sexuais e padrões a serem seguidos, assumindo a função regulatória e normatizadora para com as concepções de corpo, sexo, gênero e identidade.

José Neta explica que os principais problemas da vigilância e da punição daqueles que não seguem a norma binária são os diversos tipos de violência que vivenciam devido as suas diferenças, e explica: «E hoje eu acho muito engraçado isso (no sentido de repudiante), porque eu cresço e vejo que o órgão genital não define o ser humano» (Neta, 2018). Essa visão foi sendo constituída apenas a partir do seu empoderamento com envolvimento com movimentos sociais, pois, ainda que tenha havido uma expansão das lutas em favor de direitos iguais referentes à liberdade dos gêneros e sexualidade na atualidade, esse assunto ainda sofre resistência, o que faz emergir demandas educativas específicas que precisam ser tratadas com atenção e singularidade (Silva, 2015). No entanto, o que se percebe é a tentativa, especialmente dos setores mais conservadores da sociedade e das instituições escolares, de ignorar tal temática, e o silenciamento sobre as questões de gênero e discriminações decorrentes das condições econômicas e étnicas impossibilita o sujeito de reconhecer a sua identidade sexual e racial, a depender de sua herança biológica, social, psicológica, mediadas pela interação com o meio cultural (Fernández, 2014).

O sofrimento pelo preconceito e a discriminação nas relações familiares/sociais, além dos diversos tipos de violência –física, psicológica, sexual e verbal–acompanham toda história de vida de José Neta. Além de ser vítima de crime de estupro no seio familiar e no retiro religioso da igreja⁷, abalada psicologicamente, a escola também não fomentava demandas educativas específicas para tratar com atenção as singularidades apresentadas por José Neta. A instituição escolar, não diferente das outras, reforçava invisibilidade das diferenças, especialmente concernentes a sua orientação sexual, reprimindo-a e enfatizando padrões normativos binários segundo o sexo biológico. José Neta informa: «Eu sempre era vítima de *bullying* e não lembro de qualquer ação das professoras ou da escola para trabalhar as questões de gênero» (Neta, 2018). O que permite inferir a necessidade de formação continuada para os docentes (Araújo & Esteves, 2027; Bego, 2016; Lima & Azevedo, 2019).

A maior mudança na vida de José Neta se deu em decorrência da morte de sua avó, principal motivo que lhe obrigou a se mudar do interior (Cedro) para a capital cearense (Fortaleza), para morar com sua mãe. Ela conta que sua adaptação foi muito difícil, inclusive, ficou algum tempo sem estudar: «Quando minha mãe me trouxe, ela não trouxe nenhum documento meu. Então, ela matricula todos os meus irmãos (na escola) e eu fico sem estudar durante dois anos e meio, três anos» (Neta, 2018), tempo em que ficou trabalhando nos afazeres domésticos.

⁷ A Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, no Art. 213, considera estupro o ato de «constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso».

Depois de todo esse tempo sem estudar, estava fora de faixa de idade/série e, ao retornar para escola, teve que cursar o ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. Sua primeira experiência escolar em Fortaleza não foi positiva:

Terminei o Ensino Fundamental no interior e (na capital) fui para o Ensino Médio. Quando uma professora de espanhol me chamou de negrinho dentro da sala e disse um monte de nome comigo. E aí a coordenadora pedagógica não fez nada, ninguém fez nada. E aí, eu deixei pra lá, saí da escola e fui fazer o CEJA em outra escola (Neta, 2018).

A fala de José Neta nessa passagem evidencia a intenção deliberada da professora de espanhol em ofendê-la ao chamá-la de «negrinho», ou seja, a expressão «negrinho» representou o desprezo e a diminuição da figura do aluno, demonstrou como o racismo se opera e se legitima reproduzindo continuamente práticas e experiências normativas, inferiorizando aqueles que fogem dessa normatização, e até mesmo forçando-os a acreditar que são inferiores devido a tais determinações normalizadoras (Oliveira, 2017). As experiências de exclusão se perpetuavam no ensino regular na capital, tanto por ser negra, como por ser transexual.

Além de sofrer ataques por sua identidade sexual, Neta também vivenciou situações racistas. Destacamos aqui as articulações entre raça e gênero, assunto discutido nas produções de Ari Lima (2015), Alex Ratts (2007), Osmundo Pinho (2008) e Oliveira (2017). Esta última infere que várias pesquisas sobre experiências de «gays afeminados, viados e bichas pretas em diversos espaços» apontam que é muito comum a exclusão no espaço escolar desse grupo, especialmente quando se somam os fatores discriminatórios a exemplo da pobreza, negritude, comportamento afeminado etc. (Oliveira, 2017, p. 33).

A dificuldade em trabalhar qualquer temática que envolva sexualidade e gênero nos sistemas educacionais começa especificamente com a ideia de dissociação entre corpo e mente e dos papéis e comportamentos determinados para meninos e meninas, o que em geral é reproduzido pelos próprios educadores. As exigências cobradas para manter a disciplina e a obediência, censurando vários comportamentos, acabam tornando a escola uma normatizadora de condutas, onde o discente se vê limitado a performar sua individualidade (PEREIRA; RIBEIRO, 2017). Para Louro (2000), essa é a primeira impressão quando se observam os cursos de preparação docente e mesmo as consagradas teorias educacionais. (Fialho & Nascimento, 2017, pp. 929-930)

Malgrado a falta de formação docente para tratar as questões de gênero, ela é asseverada pela incapacidade dos educadores de desenvolver nos alunos da escola pública, de maioria negra, uma identidade étnica, fato que assevera a desvalorização da negritude com o discurso de que todos são miscigenados (Grecchi, 2010). Pois se os negros não se identificam com tal cor, não é possível

desenvolver uma consciência crítica que fomente a luta por justiça social (Machado, 2018).

Dando continuidade ao seu percurso educacional, após concluir o Ensino Médio, José Neta prossegue nos estudos fazendo um curso preparatório específico para prestar o vestibular, exame que seleciona candidatos para ingressar na instituição de ensino superior: «[...] aí, eu fiz o provão, ganhei meu certificado de Ensino Médio [...]. Corri para o cursinho pré-vestibular da UECE, em janeiro de 2016» (Neta, 2018). Logo após a conclusão do Curso Pré-vestibular, que resulta na aprovação de Neta no Curso de Graduação em Pedagogia, na UECE, em 2017, ela participa do movimento de greve e se engaja no Movimento Popular da Juventude e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que luta pela garantia de direitos fundamentais –moradia, alimentação, vestimenta, etc.–. Neste, José Neta adquiriu a formação política para o desenvolvimento crítico que proporcionou conscientização e militância por maior acesso de profissionais transexuais no cenário educativo.

[...] Quando, nesse momento de educação, de vida, acreditando no que Paulo Freire fala de que eu posso educar e libertar uma pessoa através da educação. E foi ele quem me deu essa visão total, porque quando eu escuto aquela frase «que ninguém sabe mais do que ninguém, que há saberes...» Eu não sei mais do que você, você não sabe mais do que eu, há saberes diferentes, quando eu junto esses saberes, eu tenho outro... pra mim foi fantástico, porque eu me vi num patamar de que eu não sei de nada. Eu entendo, só sei que nada sei. Eu sei de alguma coisa, mas ao mesmo tempo eu não sei de nada, porque eu tenho um conhecimento e você tem outro e que se eu não parar pra lhe escutar e achar que eu sei de tudo vai ter muita coisa que você sabe que eu não sei. E é bom compartilhar esse conhecimento. É muito bom! E, pra mim foi massa ter conhecido Paulo Freire e agora estou tentando viver o que ele prega, né? (Neta, 2018).

José Neta demonstra forte identificação com a prática docente fundamentada no viés político e transformador postulado na Pedagogia de Paulo Freire. Segundo Freire (1996) compreensão de que nós seres humanos somos incompletos e precisamos uns dos outros, enquanto a Educação pode ser percebida como uma forma de superar as incompletudes. Nesse sentido, a educação é uma experiência dialógica na qual é possível alcançar a libertação dos homens. Esta compreensão contribui para uma unificação entre o «saber» e o «saber ensinar», de modo que se amplia uma reflexão sobre os conhecimentos que constituem a prática do professor em sala de aula, que devem se basear num exercício prático e reflexivo que norteia o trabalho docente, a fim de alcançar um saber emancipador (Vieira & Therrien, 2015).

A teoria freiriana defendida por José Neta a acompanhava em sua prática, tanto nas experiências formais de ensino, como na maneira de compreender o mundo. E amparado na perspectiva emancipadora e de formação para libertação, encorajasse para romper com a igreja e assumir sua sexualidade: «[...] conheci um menino e fiquei com ele e aí cansei de me sentir culpada, por cair mais uma vez. Por quê

que eu estou sendo culpada? E comecei a me achar simplesmente normal» (Neta, 2018).

O ideário propagado pela igreja e pela sociedade sobre não cair em tentação e resistir ao pecado e às coisas profanas é destituído por José Neta por não ser mais possível carregar tanta culpa, por não se adequar aos padrões sexistas impostos, como explica:

Quando eu saí da Igreja, eu passei uns seis meses como bissexual. E aí, quando eu me assumo como mulher andrógino, o andrógino é aquele que não se identifica nem como homem⁸, nem como mulher, mas tem características físicas dos dois. Mas como eu passei minha vida todinha sendo reprimida por tentar ser mulher e não ser, hoje eu prefiro que me chamem de José Neta, porque é o que eu sou agora. Mas eu pauto a teoria andrógina, dentro da linha dos não binários (José Neta, 2018)⁹.

José Neta, ao se desprender da obrigação de se comportar e assumir uma *performace* consoante ao seu sexo biológico, o masculino, assume-se como mulher, que possui características físicas tanto femininas como masculinas. Importa esclarecer que a androginia e o não-binarismo, referem-se as múltiplas categorias identitárias da sexualidade humana. De acordo com Alvarenga (1997, p. 156), a androginia «refere-se à busca de unidade interior ao nível psíquico, à integração dos componentes masculinos e femininos presentes em cada indivíduo». Portanto, a identificação com a androginia é resultante dos processos sócio-histórico e cultural nos quais os indivíduos se inserem.

Em decorrência, suas experiências sociais logo lhe permitem se perceber como transexual:

[...] eu fui pra uma vivência espiritual da biodança que foi lá numa praia, acho que foi no Icaraí, alguma coisa assim do tipo. Era do Ekobé da UECE, a Biodança da UECE. E aí os homens tinham que levar uma saia e eu e o menino da Psicologia levou e aí a gente foi. E quando eu botei a saia, eu dormi com a saia, eu não queria mais tirar a saia de mim. É como se tivesse despertado de novo algo. Foi um encontro. Eu de novo. Eu sendo eu. Aí eu peguei, não, não quero mais sair dessa saia e aí eu fiz a maior burrice boa da minha vida. Joguei a saia para os peitos, transformei ela num vestido e coloquei um cinto no meio dela. Virou um vestido babadeira¹⁰. E aí eu me assumi uma pessoa trans quase no finalzinho de 2017. Eu fui expulsa de casa. Porque minha mãe não aceitou, meu padraço também não. Se fosse por minha mãe, ela tinha

⁸ «Andrógino» é a classificação que integra os dois sexos; que é comum ao homem e à mulher.

⁹ A classificação de gêneros não-binários refere-se a indivíduos que não serão exclusiva e totalmente mulher ou exclusiva e totalmente homem, mas que irão permear em diferentes formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, agenericidade, outrogenericidade, fluidez em suas identificações (Reis & Pinho, 2016).

¹⁰ Babadeira é uma expressão coloquial que, no caso, significa um vestido muito legal, bonito, estiloso.

continuado brigando. Só que ela achou que fazendo isso ela estava dando uma dura em mim e que sendo dura eu ia mudar de opinião. Só que isso é a maior burrice das mães, porque isso não é uma mudança ou uma opinião, é uma forma de viver. É uma forma de vida. É a vida! (Neta, 2018).

Essa narrativa expõe as subjetividades de Neta em um momento determinante de sua vida, quando ela resolve assumir sua transexualidade para a família e para a sociedade. Ao afirmar que fez a maior burrice de sua vida, refere-se ao fato de ter agido por impulso, de maneira abrupta, quando ainda dependia financeiramente da família. Compreendeu, posteriormente, que enfrentar a família dessa forma não foi a melhor maneira para tentar sensibilizar a mãe e o padrasto para o seu sofrimento psicológico. Ao rememorar o acontecido, deixa claro que não se arrependeu de se assumir transexual e desistir de viver aprisionando seus sentimentos e desejos para agradar os outros (Escobar, 2013), afinal, não se tratava de «uma mudança de opinião», mas de uma «forma de viver», no entanto, acreditava que conhecendo a percepção patriarcal, machista e preconceituosa da família poderia ser sido mais cautelosa.

A atitude de sua mãe e do seu padrasto reflete os padrões educativos tradicionais disseminados na história brasileira, o qual converge para um processo negação da diferença e da exclusão, do preconceito e da violação dos direitos humanos da população transexual. Bohm (2009) explica que transexuais compõem grupos marginalizados pela sociedade, em função de seus comportamentos que escapam aos padrões heteronormativos e ao que o senso comum percebe como normalidade.

José Neta consciente de que a transexualidade era uma forma de ser e permanecer no mundo enfrentou a rejeição da família e encontrou apoio de um amigo de faculdade que a abrigou em sua casa durante uma semana, em seguida recebeu acolhida e ajuda financeira do Levante Popular e do MST, movimentos em que militava:

Não era casa própria, era uma casa alugada que a gente chamava secretária e lá eu fui bem cuidada. Eu tinha internet, eu tinha telefonia, cada militante levava um quilo de alimento e os militantes da consulta faziam compras no cartão e levavam pra lá: fruta, verdura, alimentação bem saudável. Então, eu fui muito bem cuidada pelo Levante e muito bem cuidada pelo MST. [...] Eu acordava, meu café da manhã estava feito, meu almoço feito, meu jantar feito. Então, eu fui muito bem cuidada por esses movimentos, como pessoa trans. (Neta, 2018).

Gohn (1995) assevera que os movimentos sociais estão à frente de lutas que proporcionam visibilidade às problemáticas que impedem a construção da cidadania, de modo que a forma como se organizam e mobilizam as esferas sociais contribuem para a reflexão e problematização das causas levantadas. Em congruência, o MST, que acolheu inicialmente José Neta, apresentou sua característica de multiplicidade de dimensões, atuando não só na luta pela terra, que é o seu eixo central, mas também numa série de outras bandeiras reivindicatórias, como o direito ao trabalho,

à produção de bens, à saúde, à cultura e à educação, que estão associadas ao direito de moradia (Caldart, 2001).

O acolhimento e sororidade oferecido pelos movimentos sociais, nunca foi sentido por José Neta nas escolas em que frequentou, ainda que esta possuísse um ambiente menos disciplinador e repressor que o da educação básica (José Neta, 2018). A empatia ensejada pelo MST e pelo Levante da Juventude, fomentou maior disposição e engajamento na sua luta para que outras crianças e adolescentes não vivenciem tantas rejeições e violências, possibilitando militância formativa consoante as questões de gênero, como demonstra na sua participação no Festival das Juventudes do Semiárido na cidade de Tauá-CE:

José Neta em militância (janeiro de 2019)



Fonte: Fotografia cedida pela entrevistada

As entidades representativas de movimentos sociais apresentam forte envolvimento político pela seguridade de direitos humanos, acolhendo com respeito às diversidades plurais que constituem nossa sociedade contemporânea (Rangel, 2010). O mesmo não ocorre no contexto da educação formal, pois seus atores atuam, em maioria, no processo de reprodução social, que tem na ação pedagógica o elemento que seleciona e legitima a cultura dominante. Inclusive, Bourdieu e Passeron (1982) salientam a categoria teórica «violência simbólica»¹¹ para explicar como a reprodução social acontece nas instituições, entre elas, a escola, e como esta se utiliza das ações pedagógicas para disseminar um arbitrário cultural dominante, de maneira naturalizada, e legitimar paradigmas.

Nas escolas há crianças e jovens que se apresentam como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT), logo, torna-se necessário fomentar formação docente para o trabalho com as questões LGBTs e assegurar

¹¹ Violência simbólica é uma forma de violência exercida pelo corpo sem coação física que gera danos morais e psicológicos. Constitui-se em coação apoiada no reconhecimento de uma imposição determinada, seja esta econômica, social, cultural, institucional ou simbólica. (Bourdieu & Passeron, 1982).

liberdade para tratar sobre gênero com a devida naturalidade, já que não se concebe mais sua negação em detrimento do binarismo sexual. Interessa desenvolver ações educativas nas instituições formais de educação, dada a importância dessa temática, ainda que ela cause polêmica, pois somente o conhecimento possibilita destituir preconceitos. Não se pode admitir que uma instituição como a escola propague a violência simbólica, pautada pelas relações de hierarquia, de maneira explícita ou mesmo de forma velada, segregando e excluindo pessoas em decorrência da não aceitação da diversidade (Fialho, Nascimento & Xerez, 2016).

A educação básica pública, em geral, depara-se com preparo incipiente para fomentar formação educativa para o trato com as questões de gênero, somado a isso, também não está preparada para prover condições formativas para que os alunos negros se percebam como tal para possibilitar o desenvolvimento de uma identificação étnica racial. Nesse cenário, as crianças e os adolescentes transexuais, especialmente os negros, continuam a vivenciar os paradigmas decorrentes do estigma da anormalidade e da inferioridade. Esse processo de perpetuação de preconceitos gera uma exclusão no contexto educacional evidenciado no alto índice de evasão escolar, principalmente no ensino médio, pois apesar de todos os desafios de frequentar a escola de baixa qualidade, sendo um jovem pobre que muitas vezes precisa conciliar os estudos com o trabalho para colaborar em casa, por exemplo, ainda é necessário muita resiliência e capacidade de superação individual para romper as barreiras impostas pela negação de direitos básicos como o respeito e a igualdade.

São raras as negras, pobres e transexuais que conseguem ingresso no ensino superior, o processo exclusório vivenciado ao longo da trajetória escolar, por vezes asseverado nas relações familiares e sociais, faz com que elas acolitem caminhos distintos, como o da prostituição, por exemplo. Aquelas que conseguem superar o silenciamento e a segregação na educação básica, convivem com a indiferença no ensino superior.

4. Considerações Finais

O artigo versou sobre a maneira como as questões de gênero vêm sendo tratadas na educação formal, fomentada principalmente pela escola, nas primeiras décadas do século XXI. Questionou-se como a educação institucionalizada pode reforçar paradigmas culturais e sociais permeados por preconceitos no tocante à orientação sexual. Para responder a esta inquietação desenvolveu-se uma pesquisa científica com o objetivo de compreender, desde uma pesquisa biográfica, paradigmas presentes no contexto das instituições educativas que endossam preconceitos instituídos historicamente e relegam à invisibilidade os transexuais.

Amparando-se teoricamente na História Cultural e metodologicamente na História Oral, realizou-se um estudo do tipo biográfico que possibilitou apreensão da oralidade de uma transexual por meio de entrevista livre que possuiu como fio condutor sua trajetória educacional. Elaborou-se uma narrativa da história de vida de José Honorato Batista Neta, conhecida como José Neta, com ênfase na educação institucionalizada de uma transexual, pobre, negra e interiorana, que conseguiu

concluir a escolarização básica e galgou o ingresso no ensino superior público, tensionando constantemente preconceitos inerentes à educação formal no Brasil.

Constatou-se que a educação familiar de José Neta se deu no seio de uma família pobre, que sofria com a dependência alcóolica, residente no interior do Estado do Ceará. Sua infância, longe da presença materna, contou com a avó como figura de referência e foi permeada por negligência, violência simbólica e física, advindas de familiares, sendo o abuso sexual a experiência que lhe marcou negativamente, como relata: «isso perturbou toda minha vida» (Neta, 2018).

Ante o desmazelo familiar, a igreja foi procurada como instituição de apoio. Esta, com foco no disciplinamento do corpo e da alma (Foucault, 1997), fez com que José Neta se sentisse culpada por não conseguir se adequar aos padrões de comportamento esperados para uma pessoa do sexo masculino, asseverando seu sentimento de desajustamento social. Inclusive, foi em retiro organizado pela igreja que José Neta vivenciou pela segunda vez o abuso sexual, desta vez cometido por muitos jovens que percebiam seu jeito afeminado de ser.

Inquietante foi perceber que as escolas que José Neta frequentou, que deveriam ser modelo de lugares de sociabilidade saudável, reproduziram paradigmas culturais e sociais que reprimiram, desde a tenra infância, um comportamento diferente do esperado para os padrões normativos binário, segundo posturas instituídas de acordo com o sexo biológico; ao feminino – brincar de boneca, usar saia, passar batom na boca – e ao masculino – jogar futebol, brincar com bonecos e de luta. Ao silenciarem e invisibilizarem as diferenças consoantes à orientação sexual, as escolas foram naturalizando vivências de discriminação e preconceito, por vezes de maneira velada e em outros casos mais explícitas. De tal modo, José Neta permaneceu toda sua escolarização tentando se ajustar aos padrões binários sem conseguir desenvolver uma conscientização acerca da sua orientação sexual.

A escola, ao contrário de cumprir o papel de incluir os transexuais e demais sujeitos que fogem ao padrão heteronormativo e fomentar conhecimento à comunidade escolar para romper paradigmas excludentes, asseverou o sentimento de desajustamento social em José Neta. A instituição não apenas tentou silenciar e relegar a segundo plano de importância as questões de gênero, mas reproduziu paradigmas que legitimam a heteronormatividade.

Considera-se que é de responsabilidade da escola fomentar discussões sobre temáticas como machismo, homofobia, transfobia, violência contra a mulher, abuso/exploração sexual, dentre outros assuntos que fazem parte do cotidiano social de seus discentes, para que os alunos aprendam a conviver de forma igualitária, justa e respeitosa em sociedade. Ao contrário, José Neta nega ter participado de qualquer ação formativa que envolvesse tais assuntos, o que implica em reafirmar preconceitos que reproduzem a exclusão e a perpetuação de paradigmas homofóbicos.

A trama de sofrimentos expressos por meio da oralidade de José Neta reporta a uma história de vida que se imbrica com a de tantas outras mulheres transexuais negras, demonstrando a omissão do Estado e a inoperância do sistema escolar. Com efeito, a resiliência e capacidade de enfrentamento das violências sofridas demonstradas por José Neta, não representa a maioria desse grupo, pois as vivências de situações discriminatórias no contexto escolar levam inúmeros sujeitos, não enquadrados em preceitos heteronormativos, a abandonarem a escola.

Constatou-se que as marcas de exclusão, violência e negação de direitos ao longo das experiências escolares na vida de José Neta a levou a silenciar agressões e violências e a reprimir sua orientação sexual. Também a impossibilitou de desenvolver uma identidade racial como mulher negra, já que ser «negrinho» (como ressaltou sua professora) sempre foi condição étnica desvalorizada, associada a uma ideia pejorativa. Todavia, foi individualmente –sem suporte da família, igreja, escola ou estado–, desamparada de qualquer política inclusiva, que José Neta enfrentou preconceitos, com muita dificuldade, comuns aos grupos identitários ao qual pertence – identidade LGBT e negra.

José Neta passou anos de sua vida sendo violentada em silêncio. Tal contexto só foi passível de transformação com a apropriação teórica dos ideais de Paulo Freire, que pregavam uma educação emancipatória, voltada para a liberdade, associada ao apoio dos movimentos sociais, em especial o Movimento Popular da Juventude e MST, que trabalhavam o desenvolvimento do conhecimento crítico em práticas formativas contextualizadas. Foi no seio desses movimentos que José Neta aprendeu a valorizar as diferenças, empoderando-se como mulher transexual e ingressando na militância LGBT.

Defende-se, em suma, que a educação escolar institucionalizada vivenciada por José Neta reforçou paradigmas culturais e sociais permeados por preconceitos no tocante à orientação sexual e à raça negra, quando silenciava as diferenças, menosprezada a cor de pele negra e negava conhecimentos pertinentes às questões de gênero. Contudo, a escola como espaço educativo, de socialização de saberes, já não pode mais invisibilizar as diferenças e asseverar padrões normativos que diferenciam sujeitos excluindo-os, num processo de desrespeito às diversidades e aos direitos humanos.

Ainda que um estudo biográfico não possa ser generalizável, o que pode ser interpretado como uma limitação para a pesquisa em tela, ele permite compreensões microhistóricas permeadas por nuances que são invisibilizadas nas histórias macrosociais; mostrando-se relevante por possibilitar reflexões ensejadas com ângulos múltiplos que ampliam percepções sobre o trato com grupos minoritários, como é o caso dos transexuais na interface com a educação. Torna-se, pois, oportuno encorajar discussão com mote nas biografias que fomentam interpretações acerca da história da educação, já que é possível desenvolver estudos acadêmicos, na perspectiva da história do presente, com credibilidade científica, atinentes a contextos educacionais que envolvem cenários culturais, sociais e educacionais só passíveis de compreensões mais detalhadas e subjetivas desde estudos microhistóricos.

5. Referências

- Alberti, V. (2003). *O fascínio do vivido, ou o que atrai na História oral*. Rio de Janeiro: CPDOC.
- Alvarenga, N.M. (1997). Orlando, ou a tendência social da androginia. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, 9(2), 155-164. Recuperado de: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86694>

- Amado, J., & Ferreira, M.M. (Org.). (2006). *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: FGV.
- Anjos, K.F., Santos, V.C., Souza, R., & Eugênio, B.G. Aborto e saúde pública no Brasil: reflexões sob a perspectiva dos direitos humanos. *Saúde em Debate*, 37(98), 504-515. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042013000300014>.
- Aquino, J.G. (1998). *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus.
- Araújo, R.M., Esteves, M.M. (2017). A formação docente, inicial e contínua, para o trabalho com adultos em Portugal: o olhar dos professores. *Educação & Formação*, 4(2), 18-35. Recuperado de: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/121>
- Bego, A. (2016). Políticas públicas e formação de professores sob a perspectiva da racionalidade comunicativa: da ingerência tecnocrata à construção da autonomia profissional. *Educação & Formação*, 2(1), 3-24. Recuperado de: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/98>
- Bohm, A.M. (2009). *Os «monstros» e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis* (Dissertação. Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.C. (1982). *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. (2013). *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC/SEB/DICEI.
- Burke, P. (2008). *O que é História cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Burke, P. (2010). *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora Unesp.
- Burke, P. (2011). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp.
- Caldart, R.S. (2001). O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, 15(43), 207-224. Recuperado de: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9832>
- Certeau, M. (1982). *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Dosse, F. (2009). *O desafio biográfico—Escrever uma vida*. São Paulo: USP.
- Escobar, C.M.R. (2013). A política del cuerpo: subjetividades trans en resistencia. *Nómadas*, 38, 133-149. Recuperado de: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-75502013000100009&lng=pt_BR&tlng=es

- Eurístenes, P., Feres Júnior, J., & Campos, L.A. (2015). *Evolução da Lei nº 12.711 nas universidades federais*. Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, pp. 1-25.
- Febvre, L. (2011). Face ao vento: manifesto dos novos Annales. In Novais, F., & Silva, R. (Org.), *Nova História em perspectiva* (pp. 75-85). São Paulo: Cosac & Naify.
- Fernández, M.P.M. (2014). Identidades de gênero e etnolinguística nas experiências de educação superior de professoras indígenas no Brasil. *Em aberto*, 27(92), 147-163. Recuperado de: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.27i92.2446>.
- Ferreira, M.M. (2018). História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, 94(3), 111-124. Recuperado de: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6842?show=full>
- Fialho, L.M.F., & Carvalho, S.O.C. (2017). História e memória do percurso educativo de Célia Goiana. *Série Estudos*, 22(45), 137-157. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.20435/serie-estudos.v22i45.992>
- Fialho, L.M.F., & Nascimento, L.B.S. (2017). O que os gestores escolares da rede pública entendem sobre gênero? *Revista online de Política e Gestão Educacional*, 21(2), 927-945. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v21.n.esp2.2017.10147>
- Fialho, L.M.F., Nascimento, L.B.S., & Xerez, A.S.P. (2016). O que as professoras da Educação Básica sabem sobre gênero?. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, 11(27), 63-79. Recuperado de: https://utp.br/cadernos_de_pesquisa/%3e68
- Fialho, L.M.F., Santos, F.M.B., & Sales, J.A.M. (2019). Pesquisas biográficas na História da Educação. *Revista Cadernos de Pesquisa*, 26(3), 11-29. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v26n3p11-29>
- Fonseca, S.G. (1997). *Ser professor no Brasil: história oral de vida*. Campinas: Papyrus.
- Foucault, M. (1997). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2009). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis- RJ: Vozes.
- Gauer, G., & Gomes, W.B. (2008). Recordação de eventos pessoais: memória autobiográfica, consciência e julgamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(4), 507-514. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722008000400014&script=sci_abstract&tling=pt.
- Gohn, M.G. (1995). *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola.

- Grecchi, R.B. (2010). *Identidade brasileira e condição do negro em «Viva o Povo Brasileiro» de João Ubaldo Ribeiro* (Tese. Doutorado em Letras). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.
- Groves, T. (2010). Qué engaña más, la memoria o los documentos? experiencias de la pedagogía Freinet en la escuela rural en los años setenta Which deceives us more, memories or documents?. *Foro de Educación*, 12, 171-183. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=447544587010>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores. Coordenação de Trabalho e Rendimento*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>.
- Jesus, J.G. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília: Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional–EDA/FBN.
- Lara, A.M. (2016). Políticas de redução da desigualdade sociocultural. *Educação & Formação*, 3(1), 140-153. Recuperado de: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/118>
- Le Goff, J. (2003). *História e memória*. Campinas: Unicamp.
- Le Goff, J., & Nora, P. (1988). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Libâneo, J.C. (2002). *Pedagogia e pedagogos, para quê?*. São Paulo: Cortez.
- Lima, A. (2015). Da vida rasgada. Imagens e representações sobre o negro em Madame Satã. *Crítica Cultural*, 10(1), 87-108. Recuperado de: http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/3012
- Lima, A., & Azevedo, M.L. (2019). Processo de institucionalização da política nacional e estadual de formação docente: proposições e resistências no Paraná. *Educação & Formação*, 4(12), 124-147. Recuperado de: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1126>
- Loriga, S. (2011). *O pequeno x: da Biografia à História*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Machado, L.C. (2018). Cultura negra e mestiçagem para os intérpretes do Brasil e seus espaços de disputa na sociedade contemporânea. *Revista Mosaico*, 9(15), 48-67. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.12660/rm.v9n15.2018.76875>.
- Neta, J.H.B. (2018). *Entrevistada por Freire*. V.C.C., & Fialho, L.M.F.
- Nietzsche, F.W. (1979). *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- Nóvoa, A., & Finger, M. (Org.). (2014). *O método (auto)biográfico e a formação*. Natal: UFRN.

- Oliveira, M.R.G. (2017). *O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação* (Tese. Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Oliveira, L.M., & Aragão, P.C. (2018). As questões étnico-raciais nas histórias em quadrinhos e as Práticas educativas na formação inicial docente. *Educação & Formação*, 3(8), 171-190. Recuperado de: <https://doi.org/10.25053/redufor.v3i8.276>
- Osmundo, P., & Sansone, L. (Orgs.). (2008). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: EDUFBA.
- Petry, A.R., & Meyer, D.E.E. (2011). Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Textos & Contextos*, 10(1), 193-198. Recuperado de: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/7375>.
- Rangel, M. (2010). A diversidade e a reivindicação de direitos nos movimentos sociais. *Revista da FAEEDBA–Educação e Contemporaneidade*, 19(34), 39-47. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2015.v24.n43.p%25p>
- Ratts, A. (2007). Entre personas e grupos homossexuais negros e afro-LGTTB. In Barros Júnior, F.O., & Lima, S.O. (Orgs.), *Homossexualidade sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Booklinks/Teresina.
- Reis, N., & Pinho, R. (2016). Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. *Revista Reflexão e Ação*, 24(1), 7-25. Recuperado de: <https://dx.doi.org/10.17058/rea.v24i1.7045>.
- Rios, P.P., Cardoso, H., & Dias, A. (2018). Concepções de gênero e sexualidade d@s docentes do curso de licenciatura em pedagogia: por um currículo Queer. *Educação & Formação*, 3(8), 98-117. Recuperado de: <https://doi.org/10.25053/redufor.v3i8.272>
- Scott, J.W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 72-99. Recuperado de: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Shiroma, E.O., Moraes, M.C.M., & Evangelista, O. (2004). *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Silva, M.R. (2015). Direito à educação, universalização e qualidade: cenário da educação básica e da particularidade do ensino médio. *Jornal de Políticas Educacionais*, 9(17), 61-74. Recuperado de: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/41441>
- Silva, W.C.L. (2012). Espelho de palavras: escrita de si, autoetnografia e ego-história. In Avelar, A.S., & Schmidt, B. B. (Org.), *Grafia de vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. (pp. 9-63). São Paulo: Letra e Voz.

- Souza, H.A., & Bernardo, M.H. (2014). Transexualidade: As consequências do preconceito escolar para a vida profissional. *Revista Bagoas–Estudos Gays: Gênero e Sexualidade*, 8(11), 157-175. Recuperado de: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6548>
- Souza, R.G. (2002). *Maternidade solitária: relatos de mães solteiras de classe populares* (Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Thompson, P. (1992). *A voz do passado: introdução à história oral*. São Paulo: Paz e Terra.
- Torres, J.M. (2017). Exclución social y educación superiora: la respuesta pedagógica. *Educación & Formación*, 6(2) 3-16. Recuperado de: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/157>
- Vasconcelos, J.G., Fialho, L., & Lopes, T.M. (2018). Educação e liberdade em Rousseau. *Educación & Formación*, 8(3), 210-223. Recuperado de: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/278>
- Vianna, C.P., & Unbehaum, S. (2004). O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*, 34(121), 77-104. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000100005&lng=pt&tlng=pt.
- Vieira, H.P., & Therrien, J. (2015). Docência universitária e práxis pedagógica no PIBID: um olhar a partir de Paulo Freire. In Farias, I.M.S. (Org.), *Aprender a ser professor: aportes sobre a pesquisa no PIBID* (pp. 153-174). Jundiaí: Paco Editora.

página intencionadamente en blanco / page intentionally blank